



ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e quarenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra o senhor segundo-secretário para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. *“Ata da Trigésima Sexta Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Quarenta e Três da Trigésima Quinta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 1-0227/2023, da Caixa Econômica Federal; Ofício nº 438/2023, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 424/2023, da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul (Agems); Ofícios nºs 439 a 442/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 210 e 211/2023, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso do Sul; E-mail’s da Energisa de Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedrossian Neto, Junior Mochi, Pedro Kemp, Renato Câmara, Antonio Vaz, Marcio Fernandes, Coronel David, Professor Rinaldo e Lia Nogueira. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Rafael Tavares, Zé Teixeira, Neno Razuk, João Mattogrosso e Lucas de Lima. GRANDE EXPEDIENTE – Usaram da palavra as deputadas Lia Nogueira e Mara Caseiro. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projetos de Lei nºs 96 e 97/2023, de autoria do Tribunal de Justiça. Foi pedido vista pela deputada Gleice Jane do Projeto de Lei nº 59/2023, de autoria do deputado Rafael Tavares. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 76/2023, de autoria do deputado Pedro Kemp. Foi pedido vista pelo deputado Pedro Kemp do Projeto de Lei nº 85/2023, de autoria do deputado Jamilson Name. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada aos familiares de Manoel Firmino Filho; requerimentos de moções de pesar, de autoria dos deputados Professor Rinaldo e Gleice Jane, endereçadas aos familiares de Luan Roberto de Oliveira; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de Dilma Tomazoni; requerimento de moção de congratulação, de autoria da Casa, endereçada ao presidente da Fiems (Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul), Sérgio Longen, pela conquista da cadeira de vice-presidente da CNI (Confederação Nacional das Indústrias); requerimento de moção de congratulação, de autoria*



do deputado Rafael Tavares, endereçada aos policiais da Delegacia de Polícia Civil do município de Paranhos; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Rafael Tavares, endereçada aos policiais da Delegacia Especializada de Roubos e Furtos (Derf); requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada em comemoração ao Dia do Taquígrafo, comemorado no dia 3 de maio; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Neno Razuk, endereçada ao senhor Cassio Tecchio, extensiva a todos os organizadores do Dourados Open de Duplas 2023, realizado na Academia Dourados de Tênis-ADT, em Dourados; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João Mattogrosso, endereçada ao desembargador Paschoal Carmello Leandro, pela posse como presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul a partir de 4 de maio do corrente ano, para comandar os trabalhos no biênio 2023-2024; requerimento, de autoria do deputado Junior Mochi, solicitando o uso da tribuna na sessão plenária do próximo dia 11 de maio de 2023 (quinta-feira), pelo senhor Bruno Alves da Silva Nascimento, diretor-presidente do Sindicato dos Servidores do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (Sindetran/MS); requerimento, de autoria do deputado Paulo Corrêa, solicitando a realização de Sessão Solene no dia 3 de julho de 2023, às 15 horas, em comemoração aos 25 anos da Fundect; indicações, de autoria dos deputados Professor Rinaldo, Pedro Kemp, João Henrique, Rafael Tavares, João Matogrosso, Zeca do PT, Jamilson Name, Neno Razuk e Antonio Vaz. O senhor presidente suspendeu a Sessão Ordinária para o uso da tribuna pela doutora Maria Isabela Oliveira Saldanha, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB/MS. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Usou da palavra a deputada Gleice Jane. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, nove de maio do ano de dois mil e vinte e três". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, para fazer a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 10 de maio 2023: Ofício nº 450/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado Antonio Vaz; Ofício nº 451/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações dos deputados Mara Caseiro, Renato Câmara e Zeca do PT; Ofício nº 2.570/2023, da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Coronel David; Ofício nº 862/2023, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Professor Rinaldo. Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o nobre deputado João Mattogrosso.

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares e todos que nos acompanham pela TV Alems. Faço a leitura de uma indicação. Na forma regimental, em conformidade com o artigo 160, parágrafo 4º, e artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, seja encaminhado expediente ao



governador Eduardo Riedel, com cópia autônoma ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, solicitando a realização de estudo de viabilidade no tocante à execução de obras de pavimentação asfáltica no bairro Jardim Inápolis, nesta Capital.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, peço permissão para fazer a leitura de um projeto de lei aqui da mesa. Projeto de lei que institui no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul o Maio Furta-Cor, mês dedicado às ações de conscientização e incentivo ao cuidado e promoção da saúde mental materna. Artigo 1º - Institui no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul o Maio Furta-Cor, mês dedicado às ações de conscientização e incentivo ao cuidado e promoção da saúde mental materna. Artigo 2º - As ações de conscientização e incentivo ao cuidado e a promoção do tema objeto desta lei poderão ser desenvolvidos através de reuniões, palestras, cursos, oficinas, seminários, distribuição de material informativo, entre outros, sempre priorizando: I - a conscientização da população sobre a importância da saúde mental materna; II - o incentivo aos órgãos da administração pública estadual, empresas, entidades de classe, associações, federações e à sociedade civil organizada para se engajarem nas campanhas sobre o tema objeto desta lei. Artigo 3º - O mês Maio Furta-Cor passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos de Mato Grosso do Sul. Artigo 4º - O Poder Executivo estadual poderá buscar parcerias e firmar convênios junto a entidades, empresas e demais órgãos da iniciativa privada para a execução das ações de conscientização do Maio Furta-Cor. Só para esclarecer, esse projeto nos foi sugerido por um coletivo de mulheres que representa a campanha Maio Furta-Cor em Mato Grosso do Sul. O Maio Furta-Cor é um mês dedicado a uma campanha que visa a sensibilizar a população sobre a causa da saúde mental materna, mediante a realização de ações de conscientização por todo o mês de maio, época em que se celebra nacionalmente o mês das mães. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz,

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Senhor presidente, colegas deputados, trago nesta manhã um projeto de lei e uma indicação. Projeto de lei. Declara de utilidade pública estadual a Associação de Professores de Educação Física de Corumbá (APEFC). Apresento o presente projeto de lei com a finalidade de declarar de utilidade pública estadual a Associação de Professores de Educação Física de Corumbá/MS (APEFC), que possui projetos no intuito de contribuir com a comunidade carente da região de Corumbá, em especial com crianças, desenvolvendo atividades físicas de diversas modalidades de forma filantrópica, também promovendo congressos, cursos, conferências, seminários, debates, mostras e exposições cinematográficas sobre assuntos diretamente relacionados à Educação Física, além de outros feitos de contribuição ímpar para a sociedade corumbaense. Indicação. Indico à Mesa, na forma regimental e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado



expediente deste Poder ao presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, desembargador Sérgio Fernandes Martins, solicitando a reversão da decisão que suspendeu as atividades da 7ª Vara de Execuções Fiscais sediada na Comarca de Dourados, centralizando a competência na Vara de Campo Grande. Justificativa. A presente indicação baseia-se em requerimentos da população de Dourados e região, que alega que a centralização traz gastos e atrasos no tempo de espera nos casos relativos ao assunto da Vara de Execuções Fiscais, sendo motivo de reclamações de quem necessita do apoio da supracitada vara. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: uma indicação (Prot. nº 02204/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 02203/2023). De autoria do deputado Jamilson Name: três indicações (Prot. nºs 02200/2023, 02199/2023, 02198/2023). De autoria do deputado João Henrique: uma indicação (Prot. nº 02197/2023); duas moções de congratulação (Prot. nºs 02194/2023, 02196/2023). De autoria do deputado João Mattogrosso: quatro indicações (Prot. nºs 02190/2023, 02191/2023, 02192/2023, 02193/2023). De autoria do deputado Junior Mochi: duas indicações (Prot. nºs 02182/2023, 02184/2023); duas moções de congratulação (Prot. nºs 02178/2023, 02179/2023). De autoria deputado Lucas de Lima: uma moção de pesar (Prot. nº 02189/2023). De autoria deputado Rafael Tavares: um requerimento (Prot. nº 02187/2023). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma moção de congratulação (Prot. nº 02185/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 02186/2023).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Deputado Renato Câmara. Transferida. Deputado Zeca do PT. Transferida. Deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputado Pedrossian Neto. Transferida. Deputado Professor Rinaldo. Vossa Excelência disporá de trinta minutos.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos - sem revisão do orador) — Bom dia, presidente, colegas, servidores e quem nos ouve através da Rádio e TV Assembleia. Senhor presidente, estamos praticamente no meio da Semana de Combate à Pedofilia, fruto de uma lei de nossa autoria, a Lei nº 3.707/2009. Desde o primeiro ano que aqui cheguei, em 2007, tenho militado nessa questão. Lembro-me, por exemplo, deputado Antonio Vaz, de um triste episódio da época em que eu trabalhava na Universidade Federal, no HU. O caso era de um bebê de apenas dez meses de vida, isso na década de 1990. E aquele ser tão especial, aquela menininha tão vulnerável, tão frágil, foi abusada, estuprada, justamente por aquele que a devia proteger, lhe dar carinho e proteção: o padrasto. Foi um crime que chocou muito a comunidade universitária — era médico e enfermeira chorando, nós do administrativo ali consternados —, aquilo me marcou muito; às vezes me emociono, porque tenho filho, e três netos. No pleno uso de nossas faculdades mentais não é possível conceber tamanha crueldade, não dá para entender alguém fazer uma atrocidade dessas com alguém tão indefeso. O tempo foi passando, assumi aqui a presidência da Fenasp [Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política], instituição que trabalha na perspectiva de defender a vida e a família. Lembro muito que, na época, atrocidades vinham acontecendo nalgumas comunidades indígenas, principalmente na região do Amazonas; ficamos sabendo de casos de crianças que, em tendo alguma



patologia, eram sepultadas vivas: isso nos chamou muito a atenção. Percorri o país, fizemos vários encontros em Brasília, aqui no Centro-Oeste sediamos um evento, em Cuiabá; foi assim também em Belo Horizonte — e nessas ocasiões ouvimos muitos relatos nesse sentido. Houve a CPI da Pedofilia, Magno Malta foi protagonista, e nós sabemos que esse problema existe no planeta Terra desde que o ser humano é ser humano; aliás, tudo que vemos hoje já acontecia antes de Cristo, na Grécia Antiga aconteciam coisas terríveis... O que muda é que hoje temos a informação, temos as mídias sociais, a internet, e isso nos permite ficar sabendo dessas coisas terríveis. Esse tempo passou, criamos essa lei, fiz aqui uma cartilha, fizemos várias audiências públicas, em vários municípios, em Campo Grande praticamente todo ano... Mas este ano saímos das quatro paredes. Chamar alguém aqui para falar numa audiência pública é interessante, mas quando você vai para as ruas, você fala com mais gente. E nós desde segunda-feira estamos na rua entregando este panfleto, e encontramos algumas adolescentes de algumas escolas contando sua história com lágrimas no rosto... Até agora já são quase oitocentos casos apurados e confirmados, e nesse ritmo, nessa média de seis casos por dia, vocês podem imaginar a que números chegaremos no final do ano: chegaremos a mais de dois mil casos de crianças e adolescentes sendo estuprados. Só este ano, sete casos de vítimas de zero a um ano, um na Capital e seis no interior...

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Concede um aparte, deputado?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Já concederei... Então, deputado Antonio Vaz, imagine quantos casos desse tipo de abuso, de violação de direito acontecem por dia que a gente não sabe! Porque é difícil a identificação de casos assim, até porque grande parte deles acontece dentro do asilo inviolável, como diz a nossa Constituição Federal, que é a casa; e ali está o pai, o padrasto, o tio, o irmão, o avô; e, indo além dentro dessa rede de confiabilidade, o líder religioso, o professor — há gente presa de todas as áreas da sociedade, hoje, aqui no presídio de Campo Grande. Hoje é quarta-feira, àqueles que quiserem estar conosco informo que vamos finalizar esta ação que comemora essa lei lá na rua da Divisão, no período da tarde, entregando esse panfleto, porque ele na verdade tem como ajudar as pessoas a identificar possíveis vítimas mediante o reconhecimento de alguns sinais... E Vossa Excelência, juntamente com a sua equipe, naturalmente que será muito bem-vindo, para que finalizemos bem esta Semana Estadual de Combate à Pedofilia; digo isso porque já me mostrou alguns trabalhos realizados no interior de São Paulo, quando era vereador, e sei que Vossa Excelência comunga da mesma ideia. E, pelo que eu conversei aqui, principalmente as mulheres, todos nós os vinte e quatro deputados somos adeptos da ideia de trabalharmos na perspectiva da defesa da vida, na defesa da liberdade, na defesa da família — e de forma muito especial, em defesa daqueles que realmente são considerados, pela sua condição física e psíquica, os hipossuficientes, os mais frágeis, que são as nossas crianças. Eu concedo o aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Obrigado, deputado Professor Rinaldo. Parabéns por abraçar tão nobre causa. Como disse Vossa



Excelência, isso é algo que já acontece há muito tempo, mas, nos dias que correm, a coisa se intensificou muito, se propagou muito, entre outras razões pela facilidade que encontram esses pedófilos para agir com mais frequência. Como sabemos, há vários projetos que buscam defender essa causa, como o do nobre deputado Coronel David, muito bom, que dispõe sobre a inclusão de uma fotografia no cadastro de pedófilos. E há os projetos de Vossa Excelência também, que é um grande defensor dessa causa. Amanhã recebemos, deputado Professor Rinaldo, no Hotel Grand Park, a senadora Damares Alves, do meu partido Republicanos, que estará falando um pouco sobre isso, ela que também foi vítima de estupro quando criança. Ela fala sobre isso com propriedade, assim como o senador Magno Malta, que você mencionou, ferrenho combatente contra a pedofilia, contra o abuso sexual de crianças. Isso é muito importante: quanto mais pessoas tivermos abraçando a causa, tanto melhor, assim teremos êxito. Tem de haver leis mais rígidas, temos de endurecer as penas para esse crime, de modo que o sujeito tenha de pensar duas vezes antes de cometê-lo. Como o senhor sempre fala, a pedofilia é a mãe de todos os crimes... É um absurdo que em pleno século XXI ainda aconteça esse tipo de coisa, e na maior parte dos casos vindo de pessoas que você jamais iria imaginar; a criança deveria sentir-se segura dentro da própria casa, mas ironicamente é justamente aí que acontece, na maioria das vezes, esse tipo de crime. Então quero parabenizá-lo pela luta constante de Vossa Excelência, pode contar com este amigo que vos fala: estaremos juntos lutando em favor dessa causa. Obrigado pelo aparte.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Obrigado pelo aparte, que vou inserir na íntegra ao meu pronunciamento. Parabéns pela luta intransigente em defesa das nossas crianças! Esse panfleto, deputado Antonio Vaz, tem o "semáforo do toque", que de forma lúdica ensina a criança a saber qual parte do corpo pode e qual não pode ser tocada, cada qual associada ao verde, ao amarelo e ao vermelho. Temos aqui no panfleto duas figurinhas simbolizando duas crianças: está bem pedagógico e certamente vai ajudar a sensibilizar nossas crianças e jovens — cada vez mais precoces — para esse assunto tão grave. É por essa razão que nós este ano estamos dando prioridade para as escolas; nossa equipe está trabalhando, pretendemos visitar dezenas e dezenas de escolas ao longo desta semana. Para finalizar, senhor presidente, quero enaltecer esta iniciativa do governo do estado, da criação do centro integrado. Conversei com o Carlinhos ontem, nosso secretário, a área já está nos encaminhamentos para a regularização; é uma área federal, ali em frente da Casa da Mulher Brasileira, é nesse espaço de 1.100 m² que o governo vai construir. E, como é difícil de identificar esse tipo de violação, até porque é praticada dentro do próprio lar e por pessoas longe de qualquer suspeição — quem é que vai imaginar que é o pai que está abusando da filha, ou um avô que está abusando da neta, como fez um ex-vereador de Paranaíba, que abusou da própria neta de nove anos, que inclusive está cumprindo pena aqui em Campo Grande —, nesse centro integrado haverá profissionais de todas as áreas com um preparo técnico para identificar possíveis vítimas. Enquanto isso não acontece, eu quero aqui enaltecer o atendimento que já está sendo dispensado pela DPCA, que é a delegacia específica para atender a criança e o adolescente (atende de segunda à sexta durante o dia); e pela Cepol [Centro Especializado de Polícia Integrada], aqui na saída para Três Lagoas, que atende no período noturno, finais de semana e feriados. Ou seja, hoje já



estamos tendo esse atendimento vinte e quatro horas, e uma vez construído o Centro Integrado, aí sim, eu não tenho dúvida que isso vai ajudar e muito a melhorar as condições das nossas crianças. A polícia tem feito seu papel, aliás sempre enalteço o belo trabalho da polícia, considerada uma das melhores do país, até no que diz respeito à identificação dos criminosos: no que tange ao número de elucidação de casos, nossa polícia vai muito bem. Estou convicto de que — com o apoio do governo, com a nossa participação, com a participação do Ministério Público, da Defensoria, dos Conselhos Tutelares, prefeituras, todos de mãos dadas — vamos realmente ajudar a salvar muitas crianças. É importante termos como terapia ocupacional, no contraturno da escola, alguns projetos sociais. Eu sempre falo: para resolver um problema de tamanha magnitude é preciso um atendimento integral e à altura. Um estudante ou adolescente que estude de manhã e fique ocioso à tarde, a probabilidade de ele enveredar pelo mundo da criminalidade ou tornar-se vítima de um traficante de plantão ou de um pedófilo é muito grande. Por isso que o poder público mais do que nunca, deputado Paulo Corrêa, deve criar mecanismos que possibilitem um atendimento maior, como esse do contraturno: atividades físicas, culturais, etc. Com isso estaremos promovendo uma sociedade mais fraterna, mais tolerante e, acima de tudo, uma sociedade que sabe proteger aqueles que mais precisam que são as nossas crianças. Eu finalizo, senhor presidente, agradecendo a atenção de todos e lembrando novamente que sexta-feira concluímos a Semana de Combate à Pedofilia aqui no estado, fruto da Lei nº 3.707/2009, de nossa autoria. Agradeço a todos pelo apoio. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Deputado Coronel David. Transferida. Deputado Lidio Lopes. Transferida. Deputado João Henrique. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos, nobre deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) - sem revisão do orador — Senhor presidente, colegas deputados, público que nos assiste. Subo hoje à tribuna para fazer uma denúncia. Muitas vezes achamos que a luta ideológica já vai longe, mas ela está aí; os comunistas estão aí infiltrados no governo, tendo uma forte atuação. Voltamos a ver invasão de terra, o fortalecimento de grupos como o MST, como as federações, os sindicatos, como o Cimi, patrocinando invasões indígenas... Eles voltaram! e voltaram com força. Resta saber quem é que está dando guarida para esse pessoal, resta saber quem é que está permitindo que esse pessoal se fortaleça. Dia desses criticaram o governo insinuando haver ali um primeiro-ministro... Mas eu vou mais longe, não é um primeiro-ministro, creio que são vários primeiros-ministros tentando tomar o controle, tentando assumir o poder, e falta ao governador dar o direcionamento que ele quer: na área política, na gestão, no controle ideológico. Ontem, deputado Rafael Tavares, o líder do governo orientou o voto favorável ao projeto das fake news, o que para mim quer dizer que o apoio do governo ao projeto do PT é incondicional. Pois hoje, deputado Rafael Tavares, eu me deparo com essa publicação da Secretaria de Estado de Educação, dizendo o seguinte (e peço vênias para ler): "Docentes que atuem em turmas do 5º ao 9º ano da rede fiquem ligados: estão abertas as inscrições para educadores que desejem participar da edição 2023 do Câmara Mirim, programa que simula o processo legislativo (...)." Para se inscrever o professor "deve enviar um texto



de até 40 linhas sobre o tema: 'Como a educação para a democracia pode colaborar para que atos violentos como os de 8 de janeiro não aconteçam mais'." Quer dizer: um puro conteúdo ideológico encorpando uma narrativa que não está fechada, deputado Rafael Tavares. O governador Eduardo Riedel não pode permitir que a Secretaria de Educação promova uma adesão voluntária a um debate ideológico, subscrevendo uma narrativa da esquerda, sendo que a própria esquerda na Câmara Federal e no Senado impede a investigação desse episódio de janeiro, logo eles que defendem tanto a comunidade científica, acadêmica... Há lá muita coisa para ver além das imagens que vazaram — *vazaram*, não foram apuradas ainda. Mas, deputado Rafael Tavares, quando vejo isso aqui num portal do estado de Mato Grosso do Sul, apesar de essa arte ter sido provavelmente copiada de algum lugar, me chama a atenção esse desenho... Nós precisamos entender que as mensagens falam, a escolha das cores aqui não é por acaso... não é à toa que se destaca o verde-amarelo, inclusive o cabelo do menino, a personagem central, não é nem loiro, é amarelo — é para dar um destaque, certamente numa alusão aos patriotas, às pessoas que estavam no Auschwitz brasileiro tentando evitar a implantação do comunismo no Brasil e no nosso Mato Grosso do Sul. Você vê nitidamente que todos estão comemorando, menos o menino, branco, de olho azul, aqui na imagem, que segura uma plaquinha... plaquinha que antigamente dizia "Socorro, salve o meu país do comunismo! Socorro, Forças Armadas! Socorro, Brasil! Socorro, deputados!... Agora o dizer na plaquinha foi substituído por um "Inscreva-se"... inscreva-se num projeto ideológico que vai ser implementado pela Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul — com o aval do senhor governador! Eu sei, deputado Rafael Tavares, que essa imagem aqui deve ter sido copiada do governo federal, mas observando com atenção você vai notar que esse professor é muito semelhante, inclusive, ao professor Pedro Kemp; e se você firmar ainda mais as vistas, a maneira como se veste esse professor, e aqui eu atribuo a uma coincidência, é exatamente como eu encontro o Pedro nos corredores da Assembleia, quando não estamos em dia de sessão. Estou dizendo isso porque as cores, as roupas, tudo isso serve para construir um discurso, uma persona, e quando o governador Eduardo Riedel estava na condição de candidato, ele também escolheu as suas cores para ir lá pedir o apoio do Jair Bolsonaro [*o orador exhibe uma foto ilustrando o que está dizendo*]. Ele escolheu o azul, da calça, e o verde, da camisa; e assim o fez numa carreata — para mandar uma clara mensagem ao eleitor, ao público para quem pediu votos, ao público que foi para as ruas... crianças, senhoras idosas carregando Bíblia sendo presas por exercerem o seu direito de liberdade de expressão, por exercerem o seu pleno direito à manifestação do pensamento crítico. Ontem esta Casa, com o aval do governo, deputado Rafael Tavares, sofreu uma derrota na votação da constitucionalidade do projeto das fake news do deputado Pedro Kemp. Como eu conversava com Vossa Excelência antes da sessão, este parlamentar estudou de novo a matéria constitucional para saber certinho o que seriam os direitos de primeira, segunda e terceira geração, e o direito à liberdade de expressão, que debatemos ontem... A liberdade de expressão é um direito de primeira geração, conquistado no século XVIII. Nós não estamos falando de um direito de segunda geração, que o estado tem o poder e o dever de interferir para garantir. Os chamados direitos de primeira geração, quanto a estes a Carta constitucional proíbe, veda uma interferência, uma atuação estatal, porque são direitos que se confundem, por assim dizer, com a própria Carta. Ontem o jornalista Oswaldo Eustáquio, que está no



Paraguai exilado, fez uma live conosco, deputado Rafael Tavares, com a nossa querida Sol, a Solange Jacques, e a gente debateu esse assunto, tocamos no nome de Vossa Excelência, no nome de diversos parlamentares; e foi pena eu não ter visto antes essa publicação para mostrar o absurdo que a Secretaria de Educação está patrocinando: uma doutrinação dentro das escolas! Eu tenho certeza que, no momento que o Eduardo Riedel, nosso governador, foi pedir apoio ao presidente Bolsonaro, dizendo que compartilhava com ele dos mesmos princípios e ideias, para o estado de Mato Grosso do Sul, tenho certeza que ele não lhe falou, nem para quem o elegeu, que permitiria esse tipo de interferência, esse debate ideológico nas escolas. E veja, este parlamentar é a favor do incentivo ao debate, mas a construção das narrativas deve ter o aporte dos dois lados. Essa era a preocupação de Vossa Excelência externada ontem quando condenava o projeto das fake news do deputado do PT. Esta Casa precisa fazer uma profunda reflexão a partir dessa denúncia. Eu estou oficiando à Secretaria de Estado de Educação para retirar essa imagem... Eu não posso interferir na gestão, mas tenho de lutar com as armas que tenho para tentar impedir a implementação duma linha ideológica dentro das escolas — que é o que eles querem: querem dominar. Apenas quero garantir, deputado Antonio Vaz, que tenhamos a possibilidade do debate e que cada um escolha a linha em que quer atuar. Ora, o próprio governador escolheu o seu marketing, escolheu vestir verde... Por que que o governador Eduardo Riedel, ao pedir o voto do presidente Jair Bolsonaro, em campanha, não saiu trajando vermelho?!... Porque ele quis dizer que não implementaria no Mato Grosso do Sul o comunismo; é que algum primeiro-ministro dele, como alguns dizem, está cuidando disso em seu lugar. Então é hora de o governador chamar para si essa responsabilidade e acabar com esse tipo de interferência indevida. Lá na Agraer, nós temos indicados do Partido dos Trabalhadores, num órgão que sempre foi técnico... um órgão, deputada Mara Caseiro, que tem todo o controle, todo o mapa das terras indígenas devolutas, chamadas de excessos, terras que estão sendo pauta de reivindicação de movimentos financiados por comunistas! sabidos e conhecidos — veio aqui denúncia. Isso está acontecendo por quê? Porque o governador Eduardo Riedel está outorgando aos seus primeiros-ministros a tarefa de implementar a linha ideológica de esquerda no seu governo. Concedo um aparte ao deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Obrigado, deputado João Henrique. Bom dia a todos. Quero fazer só um comentário em cima disso. Caso passe esse projeto das fake news, eu acho que a gente pode encaixar o governador Eduardo Riedel numa fake News retroativa, afinal ele disse lá atrás que era conservador, que era de direita, e o que estamos vendo no Mato Grosso do Sul hoje é um posicionamento completamente diferente. Como Vossa Excelência bem disse, o PT tem espaço no governo; semana retrasada, se não me engano, foi nomeado o ex-candidato ao governo do PSOL, o Adonis. Qual que é o critério que o Eduardo Riedel usou para colocar o Adonis no governo?... e pior, deputado João Henrique, na Secretaria de Educação! Inclusive estamos encaminhando um requerimento por esta Casa pedindo para o governador explicar qual foi o critério utilizado para colocar o Adonis na Secretaria de Educação — um psolista! Enfim, muito importante o questionamento de Vossa Excelência, eu vejo que o povo sul-mato-grossense foi enganado, esperava um governador de direita, um governador conservador, e o que



vemos é isso aí dentro das escolas de Mato Grosso do Sul! Novamente chamo a atenção para isto, que os nossos alunos que os nossos alunos mal sabem ler e escrever e que ficam tentando colocar ideologia dentro da sala de aula. Isso é um absurdo! A escola tem de ensinar Português, Matemática, e parar de tentar ensinar outras coisas que acabam só atrapalhando o ensino das nossas crianças. Parabéns, deputado João Henrique, pelo questionamento. Conte comigo para tentar proteger as nossas crianças e mostrar à população que o governo do estado não é de direita. Muito obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e concedo o aparte ao brilhante deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Obrigado, deputado João Henrique. Parabéns pelas palavras, por abraçar essa causa. Esperar o quê desse governo federal?!... Eles vão tentar implantar isso aí, nobre deputado, em todas as escolas do país, cuja grande maioria aliás já é de esquerda. Estão trazendo esse tipo de coisa que só prejudica os alunos, que só prejudica as pessoas. Então, eu não acredito que o nosso governador, pessoa conservadora, séria, que está fazendo um governo para o crescimento do nosso estado, pessoa muito inteligente, vá aceitar esse tipo de coisa no nosso estado. É preciso acabar com essa história de primeiro-ministro ficar mandando no estado; nós temos um governador sério, competente, e eu tenho a certeza de que ele vai olhar para essa situação e não vai deixar acontecer esse tipo de coisa. Vossa Excelência pode contar comigo nessa luta. Tudo que for prejudicial às nossas crianças, ao nosso estado, eu lutarei contra. Mas não acredito, volto a insistir, que o nosso governador vai deixar isso acontecer. Muito obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Agradeço a fala de Vossa Excelência, deputado Antonio Vaz, que incorporo ao meu pronunciamento, fala que fortalece nosso debate e amplia o alcance do nosso discurso. Quando dizemos que não deve haver interferência nas escolas para nenhum tipo de linha, que o que se deve ensinar nas escolas, como assinala o deputado Rafael Tavares, são matérias, conteúdo, ética, moral, filosofia, elementos com base nos quais o aluno possa mais tarde escolher o campo de atuação de sua preferência, matérias que lhe deem condições de entrar no mercado de trabalho, de ter um sucesso profissional —, queremos dizer que a escola não é um lugar para o aluno ser enredado em linhas ideológicas, em narrativas. E vou mais longe, deputado Antonio Vaz, a gestão que é feita nas escolas hoje atrapalha o desenvolvimento das crianças. Se há um problema da vacinação, se há o problema do recrudescimento da dengue, a sempiterna solução dos legisladores, a ideia nos debates em nível nacional e estadual é sempre a mesma: vamos implementar campanhas nas escolas, projetos, isso, aquilo... Você sobrecarrega tanto as escolas públicas que acaba faltando tempo para o conteúdo. Isso aí está atrapalhando: a escola é um lugar de liberdade, de livros, de instrução, é onde se dá ao aluno as ferramentas para que ele possa aprender, possa evoluir, possa decidir quem e o quê ele quer ser como profissional ao ingressar no mercado de trabalho. Apenas para reiterar, deputado Rafael Tavares, deputado Antonio Vaz, nós estamos fazendo uma indicação ao governador Eduardo Riedel e à Câmara federal para que se possa corrigir esse tipo de distorção e conter a implementação do



comunismo, para que se volte a dar as ferramentas de pesquisa adequadas nos programas que envolvem recursos públicos. E pasme, deputado Rafael Tavares, eu me senti na obrigação de intervir, de tentar frear (e ganhei a liminar) a implementação, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, de um curso: Curso de Golpe de Estado da Presidente Dilma Rousseff. Isso foi uma tentativa de financiar com recursos públicos uma narrativa sem nenhum embasamento científico. Porque veja, a coisa ocorreu em 2016 e em 2017 o curso já era implementado... Com base em quantas biografias? Quantos livros foram publicados a respeito? Que pesquisa é essa?... Quando você vai falar de Voltaire, estamos falando de coisas que aconteceram há mais de dois séculos; se o assunto é a Medicina, estamos falando de técnicas, entre outras, que foram desenvolvidas no século XVII; e assim a Advocacia, os escritos de Montesquieu, de Rousseau são obras consolidadas no tempo... Como que você num ano implementa algo assim? Não implementa, senão para criar um embate puramente ideológico, como a Secretaria de Estado da Educação está fazendo agora! Nós, sem a CPMI, sem uma reflexão profunda, estamos em maus lençóis. Porque em tese a narrativa pode pender tanto para um quanto para o outro lado, mas sem uma investigação correta e adequada você não pode colocar isso dentro das escolas públicas... Coloquem nas escolas privadas para verem o que vai acontecer! Então, é esse tipo de debate, deputado Antonio Vaz, do Escola sem Partido, projeto importante, precisa voltar para esta Casa para que possamos garantir a liberdade sem qualquer tipo de intervenção estatal. Ontem, infelizmente, nós permitimos passar um projeto inconstitucional, numa votação apertada de 12 a 10. Em todo caso, espero que em segunda votação, deputado Vaz, deputada Mara, a quem quero parabenizar, espero que consigamos derrubar esse projeto. Obrigado, presidente, era esta a minha fala.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o nobre deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, ouvi atentamente as colocações do deputado João Henrique e não concordo com absolutamente nada do que ele falou. Estamos aqui no ano de 2023, quem ganhou a eleição foi o governador Eduardo Riedel, apesar do "bonecão", apesar do cara que ia ganhar a eleição, apesar de tudo. Mas o governo dura quatro anos, temos tempo... Queria dizer ao deputado João Henrique que ele tem tempo de construir outra alternativa, se o povo de Mato Grosso do Sul gostar; agora, no quinto mês, o Eduardo Riedel com 72% "ótimo e bom", acho que nem precisa a gente fazer discurso aqui. Quanto ao questionamento de se há primeiro-ministro ou não dentro do governo, a missão de governar é do governador que a gente elegeu, e ele foi eleito pela maioria. Então esse negócio de ficar chiando com o que está acontecendo... Há tempo. Construa um projeto e venda o projeto para a população... Com todo o respeito, acho que a população tem o direito de ir revendo alguns itens... Mas está tudo certo. E entendo, senhor presidente: a oposição chia, o governo vota. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos no Grande Expediente, gostaria de fazer um comunicado aos nobres colegas deputados. Já se encontra publicada a alteração do nosso Regimento Interno, no Diário Oficial de 5 de maio, no que diz respeito às nossas sessões virtuais. Então



só para lembrar aos deputados: a partir desta publicação, "admitir-se-á a possibilidade de o parlamentar participar dos respectivos trabalhos nas seguintes formas, de maneira remota: o parlamentar que esteja participando de sessão de forma remota deverá preservar o decoro e a adequação de vestimenta como se em plenário estivesse (...)". Então, a nossa recomendação a todos os deputados é que a partir dessa publicação mantenham o rigor das vestimentas. Fica vedada a inscrição do parlamentar que estiver on-line: no Pequeno Expediente, no Grande Expediente e nas Explicações Pessoais, podendo participar da discussão e da votação, inclusive declarando voto, mantendo-se os horários de início e conclusão da sessão. Feita a recomendação, e novamente lembro que a resolução está publicada no Diário Oficial. Comunico também aos senhores deputados que ontem tivemos uma reunião do Colégio de Líderes para falar de um anteprojeto, já aprovado, já na fase de licitação na Primeira-Secretaria; estou falando da construção de um belo refeitório, com mais de 200m², onde servidores e deputados poderão ter um espaço adequado para fazer sua refeição, até mesmo para um descanso depois do almoço. Era isso, senhor secretário?...

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Não ficou bem claro, presidente, embora o ato fale nisso, não ficou claro se o deputado pode participar da sessão, e ontem eu estava verificando isso, sem a gravata. Parece que tem de portar a gravata, é isso?...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — A partir da publicação é terno e gravata.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Perfeitamente! É respeitar então isso, e só pode votar, na Ordem do Dia... Entendi, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Mais duas recomendações. Gostaria de convidar todas as servidoras mães para uma confraternização especial em homenagem ao Dia das Mães, amanhã, no piso superior da Assembleia, com a deputada Mara, deputada Gleice; os deputados convidem suas digníssimas mães, esposas... Vamos confraternizar, reconhecer o papel fundamental que elas desempenham em nossa formação dentro da família. As servidoras poderão desfrutar de um momento de descontração e integração; haverá ainda a apresentação do nosso coral. Gostaria de comunicar também aos senhores deputados algo que a Mesa Diretora aprovou ontem: a Assembleia, dia 16 de junho, sexta-feira, vai fazer uma festa junina. Esta festa junina da Assembleia Legislativa será a oportunidade para cada deputado apadrinhar uma entidade. Os deputados que tiverem interesse, já podem entrar em contato com a nossa secretaria; está sendo organizada uma comissão que vai ajudar a montar as barracas, e cada deputado (ou dupla) poderá ser padrinho de uma entidade assistencial — para a gente fazer a festa junina e ainda



poder contribuir com a assistência social, com pessoas que ajudam muito nossa sociedade... Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares. Presidente, aproveitando que Vossa Excelência está dando esse aviso, convido os deputados que fazem parte da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social a participar, às onze horas, na sala que leva o nome do saudoso deputado Onevan de Matos, da reunião que faremos com o Coegemas [Colegiado Estadual dos Gestores da Assistência Social]. Os deputados que puderem participar, serão bem-vindos. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado. Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Ordem do Dia. Item 1. Projeto de Resolução nº 06/2023. Autora: Mesa Diretora. "Institui a Comenda de Mérito Legislativo para a comemoração dos 30 anos do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 06/2022, de autoria da Mesa Diretora.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique? Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?



DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Vinte três votos favoráveis e nenhum contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado por unanimidade o projeto que concede a Comenda do Mérito Legislativo. Vai ao Expediente. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 110/2023 . Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 10/2023 - "Dispõe sobre a revisão geral anual do vencimento-base ou subsídio e dos eventos constantes do anexo desta lei, que compõem a remuneração dos servidores e dos empregados públicos do estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por maioria, ao projeto e à Emenda de Redação 01, tendo como relator o deputado Coronel David. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por maioria, ao projeto e à Emenda de Redação 01, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. Apensado a este projeto, por determinação do presidente, o Projeto de Lei nº 095/2023, de autoria do Tribunal de Contas, que repõe os vencimentos daquela casa. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 110/2023, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Item 2, senhor presidente, voto contra, em respeito aos servidores que estão tendo uma revisão pífia, comparado ao novo plano de cargos e carreiras estipulado pelo governador Eduardo Riedel, que dá até 120%... Então, eu não tenho como aprovar 5%, sendo que não há os mesmos critérios nos dois casos. Voto contra.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?



DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao senhor segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Vinte um voto favoráveis e dois votos contrários.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 059/2023, que estava com vista e foi devolvido ontem. Autor: deputado Rafael Tavares. "Estabelece o sexo biológico como único critério para definição do gênero dos esportistas em competições esportivas profissionais no estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas. Sobre o projeto em si, a nossa assessoria teve o trabalho de buscar dialogar com as pessoas que seriam diretamente atingidas com a eventual aprovação do projeto. Quanto à polêmica toda criada nesse debate, inclusive em nível nacional, fizemos várias pesquisas para identificar como é que isso está sendo tratado em âmbito nacional, inclusive dentro dos organismos do esporte. Mas como hoje estamos discutindo exclusivamente a constitucionalidade do projeto, nós também buscamos subsídios junto aos órgãos especializados do governo que tratam da diversidade no estado de Mato Grosso do Sul. Recebemos então uma nota técnica da Subsecretaria de Políticas LGBT+, que diz o seguinte: "Com relação ao Projeto de Lei nº 059/2023, considerando que se estabelece o sexo biológico como único critério para a definição do gênero dos esportistas em competições esportivas profissionais do estado, há uma

clara usurpação da competência da União para legislar sobre condições para o exercício de profissões, sem contar que o projeto estabelece critério inexistente em lei federal sobre o livre exercício da profissão de atleta, configurando sua incontestável inconstitucionalidade formal. O artigo 22 da Constituição diz que compete à União legislar sobre a organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões. Portanto, o primeiro a destacar no caso em tela é ausência de constitucionalidade formal, além do que, sem qualquer autorização do Congresso Nacional o Parlamento estadual busca inovar no ordenamento jurídico sem amparo da Constituição da República. Para além da patente inconstitucionalidade formal do projeto de lei em discussão, há ainda que destacar a claríssima inconstitucionalidade material do projeto. A Constituição Federal, em seu artigo 1º, inciso III, e artigos 3º e 4º, dispõe sobre o fundamento da dignidade da pessoa humana, com o objetivo da promoção do bem de todos sem discriminação. Este foi um dos argumentos usados pelo STF para o reconhecimento e a qualificação da união homoafetiva como entidade familiar. A Constituição Federal traz também importante dispositivo que consagra o princípio da isonomia, em seu artigo 5º, do qual se extrai que condições existenciais excepcionais merecem tratamento especial que permita ao indivíduo a realização plena de sua dignidade. Também por isso assentou o STF que o transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e sua classificação de gênero no registro civil. Assim o cidadão transgênero, transexual, considerado em sua condição existencial peculiar, tem direito ao reconhecimento de sua real identidade, com relação tanto ao nome quanto ao gênero, tudo a ser aposto em seus assentamentos registrares, como tratamento isonômico a que faz jus. Artigo 5º: 'Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)'. Assim, é dever do estado garantir e assegurar o exercício desses direitos elevados e insculpidos enquanto garantias individuais que devem ser preservadas em quaisquer circunstâncias. O artigo 217 da Constituição também estabelece que o estado tem o dever de 'fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados: I. a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento'. Indubitavelmente o artigo constitucional dá autonomia às entidades desportivas para organizar o seu funcionamento e garante a todo cidadão o direito da prática desportiva, sem fazer distinção. A proibição ao atleta transgênero de participar da categoria correspondente à sua identidade e à sua situação hormonal traduz-se em inibir a prática de esportes por esse público ao infringir a política discriminatória sem nenhuma comprovação científica de vantagem. Desta forma, a proibição genérica por via legislativa sem estudos científicos se revela totalmente inconstitucional. A proposição é infundada e baseada em premissas preconceituosas que não encontram sustentação em evidências científicas. Além disso, as políticas que restringem a participação de pessoas trans em esportes vão contra o princípio da igualdade de oportunidade e o respeito da dignidade humana, conforme destaca o Comitê Olímpico Internacional. A inclusão é um direito humano fundamental e não deve ser negado com base em preconceitos ou estereótipos. Ademais a exclusão das pessoas trans do esporte pode ter consequências negativas no seu bem-estar e em sua saúde mental, que podem ser privadas de acesso às atividades físicas, sociais e recreativas". Bem, com base na nota oficial da Subsecretaria de Políticas para as



Pessoas LGBTQUIA+, eu reafirmo que o projeto é inconstitucional e também preconceituoso. Então, com base nisso, já adianto o meu voto contrário ao projeto. Neste espaço nós temos de lutar pela valorização das pessoas e pela promoção da igualdade, e não o contrário. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão.
Em votação.

Projeto de Lei nº 059/2023, de autoria do deputado Rafael Tavares.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto favorável e quero cumprimentar o deputado Rafael Tavares pela apresentação do projeto. Porque entendo que é uma agressão a participação de pessoas trans em determinados setores do esporte, prejudicando sensivelmente a participação das mulheres... E eu aqui nesta Casa sou intransigente com relação aos direitos das mulheres, e assim sendo não vou mudar meu posicionamento. Por isso vou votar favorável ao projeto do deputado Rafael Tavares.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLACE JANE (PT) — Declaração de voto, senhor presidente. Gostaria de dizer que as mulheres trans são mulheres, e merecem todo o reconhecimento e aceitação do Poder Legislativo. Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, queria até votar duas vezes, mas não dá, é uma só. Voto favorável ao projeto do deputado Rafael Tavares.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Declaração de voto. Senhor presidente, com todo o respeito à deputada Gleice que acabou de fazer uso da tribuna, faço questão de assinalar que hoje o Comitê Olímpico mundial já barra isso. Já barra. Você respeitar a opção sexual das pessoas não implica aceitar tudo. Nós respeitamos, óbvio, cada um tem a sua opção, faz sua transformação, mudança de sexo... Mas o que nós não podemos é aceitar a pessoa fazer mudança de sexo e ao mesmo tempo querer ir para o outro lado para ter vantagens para competir. Deputado Londres, um ex-jogador de basquete jogava em campeonatos masculinos de basquetebol, aí ele faz uma transformação de sexo e vem jogar no meio das mulheres. É como se o Mike Tyson passasse por uma transformação, deputado Paulo Corrêa, subisse ao ringue para lutar contra uma mulher. Quer dizer, é um absurdo querer barrar um projeto como esse aqui no Mato Grosso do Sul. Eu não tenho nada contra a opção sexual de ninguém, cada um escolhe a que lhe aprouver, agora, não dá para você fazer ingerência, querer colocar as pessoas com porte, com um físico diferente, com muito mais força, e jogá-las no meio das mulheres. Eu voto sim com certeza. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Declaração de voto... Senhor presidente, eu quero concordar com a manifestação da deputada Gleice Jane sobre a constitucionalidade do projeto, acrescentando o que diz a Lei nº 9.615/1998, que no seu artigo 47 dispõe acerca da competência para determinar as diretrizes a respeito das modalidades desportivas, que é dos Comitês Olímpico e Paralímpico Brasileiros e das entidades nacionais de administração do desporto. Diz aqui o artigo 47: "No âmbito de suas atribuições, os Comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiros e as entidades nacionais de administração do desporto têm competência para decidir, de ofício ou quando lhes forem submetidas pelos seus filiados, as questões relativas ao cumprimento das normas e regras de prática desportiva". Daí que no meu entendimento compete às entidades desportivas, incluindo-se aí os comitês, confederações, associações, federações, clubes, regulamentar essa questão, determinar as diretrizes do funcionamento e organização de acordo com a modalidade esportiva a que se destinam; até porque depende da modalidade de esporte, há modalidades em que pode haver a participação de pessoas transgênero... E aí, noutras modalidades, onde a competição poderia ser desigual, nós podemos até admitir uma regulamentação restritiva, mas desde que partindo dessas atividades desportivas. Mas eu tenho ainda uma última consideração, senhor presidente. Eu receio muito esse tipo de projeto, porque isso contribui para o crescimento da



homofobia e da transfobia. Ontem no jornal Correio do Estado saiu uma matéria segundo a qual o número de casos de agressão contra a população LGBTQIA+ triplicou, triplicaram os casos em Mato Grosso do Sul; em apenas três meses o estado já registrou o mesmo número de agressões ocorridas nos doze meses do ano passado. Foram 28 casos de agressão, de homofobia, de transfobia, registrados aqui no estado. Então eu tenho receio que esse tipo de projeto contribua com o preconceito, com a discriminação, e acho que deveria ficar a critério dos comitês desportivos a regulamentação da participação dessas pessoas nas modalidades desportivas. Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto? Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, com todo o respeito que eu tenho por todos, independentemente da cor, da opção sexual, do credo religioso, voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Declaração de voto, presidente. Primeiramente quero agradecer aos colegas que estão votando favoravelmente ao meu projeto. Esse projeto não visa a discriminar ninguém, mas a simplesmente defender as mulheres que se dedicam tanto para competir em alto nível, mas não podem enfrentar adversários biologicamente muito mais fortes, com uma compleição física diferente. E vejam só, vinte e quatro horas atrás ouve-se na Casa que a ciência deveria prevalecer para definir a verdade, mas hoje a ciência parece que já não vale para a Bancada do PT. Muito obrigado a todos. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, eu sigo o parecer do relator, que fundamentou essa matéria do deputado Rafael, lembrando que esse projeto se refere ao nosso estado. Voto com o relator. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, ouvi com muita atenção o pronunciamento da deputada Gleice. A natureza, quem a define não são as



leis, a natureza quem define é Deus, é o Criador: nasce-se mulher ou nasce-se homem, depois pode haver alguma transformação no decorrer da vida. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT? Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Dezenove votos favoráveis, dois votos contrários, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Como presidente desta Casa, eu não poderia deixar de observar o dinamismo do Parlamento. Enquanto ontem tivemos uma votação que encorajou alguns a acharem que a Casa estava votando com a esquerda, hoje a Casa estaria votando fechada com a direita... Mas não é assim, é preciso prestar atenção à importância do Parlamento para o desenvolvimento da democracia brasileira. Viva a democracia! Item 4. Em discussão única e votação nominal. Projeto de Lei nº 085/2023. Autor: deputado Jamilson Name. "Dispõe sobre a obrigatoriedade de assinatura física das pessoas idosas em contratos de crédito, firmados por meio eletrônico ou telefônico, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e às Emendas Modificativas 1 e 2 e à Subemenda 4, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 085/2023, de autoria do deputado Jamilson Name.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?



DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOAO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOAO MATOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira ?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Apesar de o deputado Jamilson Name ter pisado na bola comigo ontem, o seu projeto é muito bom. O senhor está de parabéns, inclusive a minha sogra me pediu para votar a favor do projeto. As pessoas idosas precisam ter muito cuidado, e somente a assinatura presencial mesmo para não caírem em golpes. Então eu elogio o seu projeto e espero que Vossa Excelência no futuro possa me retribuir esse apoio, viu? Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Você sabe para quem ligar quando precisar de voto, ligue para a sogra. Como vota o deputado Pedrossian Neto? Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara? Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Presidente, a minha vó me pediu para votar favorável.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Para o senhor ver, que a minha sogra está muito atenta nas votações aqui; e a vó do deputado Zé Teixeira, espiritualmente, deve ter mandado alguma mensagem pra ele. Mas senhor presidente, o projeto foi aprovado por unanimidade pelos presentes: vinte e um favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado por unanimidade o projeto de autoria do deputado Jamilson Name. Vai à segunda discussão. Item 5. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 121/2023. Autor: Poder Executivo. "Institui o Programa Estadual de Qualificação Profissional para Motoristas de Veículos de Carga e de ônibus - Voucher Transportador, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a nobre presidente da CCJR, deputada Mara Caseiro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 121/2023, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Parabéns ao governador Eduardo Riedel pelo excelente projeto. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Excelente projeto. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi? Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Quero parabenizar o nosso governador Eduardo Riedel, que logo no início do seu governo já traz aí benefícios para as nossas comunidades, neste caso à dos profissionais motoristas quando estes



precisarem fazer a transição na carteira de habilitação, para as graduações "D" e "E". Como venho afirmando há algum tempo, o governador Eduardo Riedel assumiu um governo equilibrado financeiramente, e nós temos de dar a mão à palmatória, isso é resultado de um processo, de uma construção que começou lá atrás. Eduardo Riedel, que nessa época integrava a equipe do então governador Reinaldo Azambuja como secretário, conseguiu trazer esse equilíbrio financeiro que hoje nos dá condições de melhorar a vida das pessoas — daqui a alguns dias teremos projetos de desoneração. Então parabéns ao nosso governador Eduardo Riedel e equipe, por trazer esse projeto que beneficia as pessoas que precisam muito da carteira "D" e "E" para ter melhores oportunidades de emprego. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Parabenizando o nosso governador Eduardo Riedel, medida importantíssima, voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu voto com o líder da oposição nesta Casa, deputado João Henrique. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Vinte e um votos favoráveis, nenhum contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 6...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o nobre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu gostaria de solicitar a retirada da pauta do meu requerimento solicitando a abertura da tribuna para a senhora Josinete de Oliveira Pereira. Quando protocolei esse requerimento, não sabia que já havia uma pessoa agendada para a mesma data. Nós vamos conversar com a pessoa, ver se ela tem interesse em falar noutra ocasião. Então eu peço que seja retirado de pauta.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Retirado, deputado. Item 6. Em discussão única e votação simbólica: 6 requerimentos, 70 indicações, 1 moção de apoio, 6 moções de congratulação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Não há moções de pesar. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputada Lia Nogueira. Transferida. Deputado Pedrossian Neto. Transferida. Deputado João Henrique. Transferida. Deputado Rafael Tavares. Transferida. Deputado Renato Câmara. Transferida. Deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, para falar nas Explicações Pessoais, a deputada Gleice Jane.



DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — sem revisão do orador — Apesar do projeto que votamos aqui hoje, de valorização dos servidores públicos de um modo geral, é preciso assinalar que a educação sofre um prejuízo grande, uma vez que os professores efetivos não foram contemplados nesse processo. Estive em contato com a Fetems, sindicato implicado nessa pauta, e ontem houve uma assembleia dos professores e dos servidores administrativos, ocasião em que foram informados de que o governo assumiu um compromisso de discutir a carreira dos servidores administrativos bem como a regularização (e um incentivo) da situação dos professores contratados — o professor contratado hoje recebe praticamente a metade do que ganha um professor efetivo em início de carreira. De modo que é uma situação de extrema desvalorização dos professores contratados, um grupo muito grande de pessoas, cujo trabalho precisa ser valorizado. O governo então assumiu esse compromisso e, da nossa parte, em acordo com o sindicato, nós votamos favoravelmente nesse projeto, mas é importante que o governo realmente dê continuidade às negociações. Nós vamos continuar acompanhando esse processo, lutando pela valorização dos servidores da educação. Quanto ao grupo de servidores efetivos do Magistério, há o compromisso efetivo do governo de cumprir a lei; e é importante que o governo cumpra realmente, porque essa lei diz respeito à valorização, assim como a lei do piso nacional. Nesse sentido também gostaria de lembrar que neste momento está havendo negociações salariais em vários municípios do estado; eu conversei com pessoas de três municípios. Em Corumbá está havendo uma negociação, professores e servidores estão dialogando com o prefeito, ainda com um pouco de dificuldade. Em Ladário, de acordo com as informações que nos chegaram ontem, o prefeito também está com dificuldade de cumprir a lei nacional do piso... E digo dificuldade no sentido de compreender o processo educacional e a necessidade de garantir a lei do piso. Em Dourados, esta semana, tivemos a aprovação de uma lei que muda o plano de cargos e carreiras, agravando esse quadro de desvalorização dos servidores da educação. Gostaria de lembrar que nenhum país se desenvolve senão por meio da educação. A educação nos países desenvolvidos começa pela qualidade dos seus profissionais, que são bem remunerados, valorizados e bem formados. Então nenhum município, nem o estado tomado como um todo, vai se desenvolver socialmente se não observar isso — porque não é só o desenvolvimento econômico que importa, o país para ser desenvolvido precisa atender a vários quesitos, um dos quais justamente a qualidade da sua educação. Então se queremos um estado desenvolvido, um país desenvolvido, nós precisamos garantir a valorização, claro, de todos os trabalhadores, mas principalmente dos profissionais da educação: porque a educação é a base de tudo. Nesse sentido, já encerrando a minha fala, eu deixo esse alerta. Que o governo realmente cumpra as promessas que fez à categoria... E os prefeitos devem garantir o piso nacional, e mais do que isso, precisam valorizar a educação de um modo geral. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a nobre deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Senhor presidente, muito rapidamente, gostaria de manifestar aqui o meu repúdio à concessionária CCR. Há poucos dias estive aqui falando que ao invés de melhorarem as condições de tráfego



das nossas rodovias, elas têm piorado substancialmente, situação que está prejudicando o desenvolvimento do estado. Ontem recebi uma ligação da vice-prefeita de Mundo Novo, Rosária Andrade. Não é a primeira vez que ela me traz essa problemática que está acontecendo em Mundo Novo, e não deve ser diferente em outros municípios. Em Mundo Novo um empresário começou a construir bem em frente à Uems, praticamente já no perímetro urbano; começou com a terraplanagem para a construção de um hotel... Mas eis que ontem a CCR foi lá e colocou um *guard rail* prejudicando a construção. Quer dizer, o empresário está impedido de entrar e sair do local para levar material, etc. Ou seja, como é que pode impedir o empresário de ir e vir, de gerar emprego no nosso estado?!... Há poucos dias, quando tivemos a nossa audiência pública aqui, com a presença da ANTT, eu comentei que colocaram *guard rail* no KM 37, lá entre Eldorado e Mundo Novo... Pois no outro dia houve lá um acidente, infelizmente com uma vítima fatal. Com o acidente, quebrou o *guard rail*, e imediatamente, no outro dia, eles foram lá e instalaram de novo o *guard rail*. Ou seja, é uma agilidade, uma desenvoltura em dificultar a vida do motorista, mas na hora de fazer um estudo para fazer ali uma terceira faixa, onde praticamente todo mês há acidente com vítimas fatais, aí eles não têm agilidade alguma. Têm a agilidade de impedir que esse empresário continue com sua construção — vejam que agilidade maravilhosa! Fica o meu repúdio à CCR MSVia, que tem feito um desfavor à população de Mato Grosso do Sul. Hoje iam lá para frente desse estabelecimento os vereadores, a vice-prefeita, protestar, inclusive tirando do caminho esse *guard rail* se preciso fosse para permitir que o empresário continue a sua construção e possa gerar os empregos para Mundo Novo e para o nosso Mato Grosso do Sul. Fica então o meu repúdio à CCR, que está impedindo as pessoas de ir e vir, impedindo as pessoas de trazer o desenvolvimento para o nosso estado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos nem mais nada a tratar, esta Presidência dá por encerrada a presente Sessão. Obrigado a todos (11h12min).